

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.674.244 - MG (2017/0130672-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **WASHINGTON ALEXANDRE FLAVIO**  
**ADVOGADO** : **JULIANO FONSECA DE MORAIS E OUTRO(S) - MG067404**  
**RECORRIDO** : **MAGDA DAS GRACAS CUNHA**  
**ADVOGADO** : **JOSE WILKE MOREIRA ASSIR - MG005306**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo TJMG assim ementado (e-STJ fl. 82):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – CADERNETA DE POUPANÇA – LIMITE DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS – IMPENHORABILIDADE.

- O legislador, ao disciplinar as regras da impenhorabilidade, buscou preservar o devedor, a fim de que seja assegurado um patrimônio mínimo que possa garantir ao indivíduo uma existência digna.
- Nos termos do artigo 649, X, do Código de Processo Civil, são absolutamente impenhoráveis, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, as quantias depositadas em caderneta de poupança.
- Não tendo sido prevista qualquer exceção à regra acima exposta, conclui-se que a origem dos valores depositados bem como a sua destinação são irrelevantes para fins de proteção da parte executada.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos (e-STJ fls. 102/108):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – REQUISITOS – OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO E ERRO MATERIAL.

- São requisitos para a oposição de Embargos de Declaração que a decisão contenha omissão, obscuridade, contradição ou erro material.
- Havendo algum dos requisitos, ou mesmo erro material, deverá ser declarada a decisão.

No especial (e-STJ fls. 109/120), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, o recorrente alega ofensa:

(i) aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, porque teria havido omissão. Afirma que (e-STJ fl. 110):

[...] equivoca-se o E. Tribunal de Origem ao deixar de apreciar o pedido alternativo de liberar a quantia de 40 salários mínimos da época em que se deu a constrição, sob o fundamento de que tal pleito deixou de ser aventado anteriormente, em primeira instância, atraindo suposta supressão de instância.

Isso, porque, tal pleito só teve sua razão de ser a partir da decisão de primeira instância, que determinou a liberação dos 40 salários mínimos depositados em caderneta de poupança à devedora, e que acabou dando origem ao Agravo de Instrumento, de tal sorte que este pleito acabou nascendo com o próprio recurso (...),

(ii) ao art. 833, § 2º, do CPC/2015. Sustenta que "o valor que estava depositado na conta da recorrida superava em quase 03 (três) vezes este limite, permitindo, assim, que a constrição se consumasse sobre ela sem qualquer ressalva" (e-STJ fl. 114).

Afirma também que (e-STJ fl. 115):

[...] o crédito que está sendo cobrado pelo ora recorrente também possui a mesma natureza alimentícia, já que decorre da condenação que envolve prestações mensais, periódicas e vitalícias, dada a incapacidade e invalidez de que passou a ser portador pelo acidente causado pela recorrida.

Requeru a atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

O recurso foi admitido na origem (e-STJ fls. 144/145).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ fl. 106):

Examinando detidamente as razões recursais do agravo de n.º: 1.0024.00.100030-6/002, verifico que o recorrente, ao final, requereu o total provimento daquele recurso ou, alternativamente, a manutenção da insubsistência em questão, levando-se em consideração o valor do salário mínimo de 2009, ano em que ocorreu a constrição judicial objeto do recurso.

Compulsando detidamente os autos, verifico que a matéria constante do pedido alternativo formulado pelo ora embargante não foi aventada na decisão a quo vergastada ou em qualquer outra constante dos autos, o que, por conseguinte, impede a análise do referido pleito por este E. Tribunal de Justiça sob pena de incorrer em supressão de instância, o que não se pode permitir.

Nesta seara, fica desde já sanado o equívoco existente para que passe a constar do acórdão, mais especificamente no voto de minha Relatoria, que a matéria constante no pedido alternativo formulado pelo requerente não foi ventilada na instância a quo, o que impede o seu conhecimento. Por este E. Tribunal.

No presente caso, apesar da oposição de embargos declaratórios, o Tribunal de origem manteve a omissão a respeito de questões pertinentes ao deslinde da causa, oportunamente suscitadas pelo recorrente, qual seja, a possibilidade de penhora dos valores acima dos 40 (quarenta) salários mínimos à época.

É pacífico neste Tribunal o entendimento segundo o qual, não havendo apreciação dos declaratórios em relação a ponto relevante, impõe-se a anulação do acórdão recorrido para que o recurso seja novamente apreciado.

Nesse sentido, a título de exemplificação, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC.

1. Se a Corte de origem deixou de examinar alegação do agravado que pode alterar substancialmente o resultado do julgamento, evidencia-se a violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, sendo necessário o retorno dos autos para que o Tribunal estadual supra a omissão.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.663.226/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 4/4/2018.)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver no acórdão ou sentença, omissão, contrariedade ou obscuridade, nos termos do art. 535, I e II, do CPC/1973 (art.

1022 do atual CPC).

2. No caso em tela, verifica-se omissão do acórdão do Tribunal de origem quanto ao ponto principal da ação de indenização por dano moral, consistente na alegação de que houve retenção indevida da totalidade dos salários do recorrente pela instituição inanceira por longo período de tempo, o que daria ensejo à reparação por dano moral.

3. Embargos de declaração acolhidos para, dando provimento ao recurso especial por afronta ao art. 535, II, do CPC/1973, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que se manifeste acerca dos pontos omissos ventilados pelo recorrente

.(EDcl nos EDcl no AREsp n. 113.678/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/4/2018, DJe 20/4/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA AUTORA.

1. Violação ao art. 535 do Código de Processo Civil/73 configurada. Acórdão estadual que não enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia. Existência de ponto omissos relativamente à justificativa de não comparecimento em audiência de coleta de material genético, diante da falta de condições financeiras e de saúde para apresentar-se na comarca de domicílio da investigante, cuja elucidação mostra-se relevante para o deslinde da controvérsia, a qual gira em torno da presunção de paternidade.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.012.760/BA, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/4/2018, DJe 26/4/2018.)

Assim, constatada a omissão, os autos devem retornar ao Tribunal de origem a fim de que seja avaliado se é possível a manutenção da penhora dos valores acima dos 40 (quarenta) salários mínimos.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de anular o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração (e-STJ fls. 102/108) e determinar o retorno dos autos à Corte de origem para exame das omissões apontadas.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator